



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Modelo de Diálogo Público-Privado
Nacional e Provincial

Maputo, 10 de Setembro de 2015

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
REPRESENTAÇÃO DO MODELO DPP NACIONAL	4
DESCRIÇÃO DO MODELO DPP NACIONAL.....	5
Conferência Anual do Sector Privado - CASP	5
Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios - CEMAN.....	5
Encontros Sectoriais.....	6
REPRESENTAÇÃO DO MODELO DPP PROVINCIAL.....	7
DESCRIÇÃO DO MODELO DPP PROVINCIAL.....	8
Fórum Empresarial Provincial.....	8
Encontros Sectoriais Provinciais.....	9
DEFINIÇÃO DA AGENDA	9
MONITORIA DO DPP.....	10
Conselho de Ministros e Conselho Económico.....	10
Encontros do GIRBI.....	10
Objectivo:.....	10
Participantes:.....	11
Periodicidade	11
Encontros Provinciais	11
Objectivo.....	11
Participantes.....	11
Periodicidade	11
SECRETARIADO DO DPP.....	13

1. INTRODUÇÃO

O *Diálogo Público Privado* - DPP, a todos níveis é relevante para a identificação de reformas importantes e prioritárias no âmbito da definição de políticas económicas efectivas que contribuem para promover o ambiente de negócios em Moçambique, conferindo o papel merecido ao Sector Privado e suas formas organizativas.

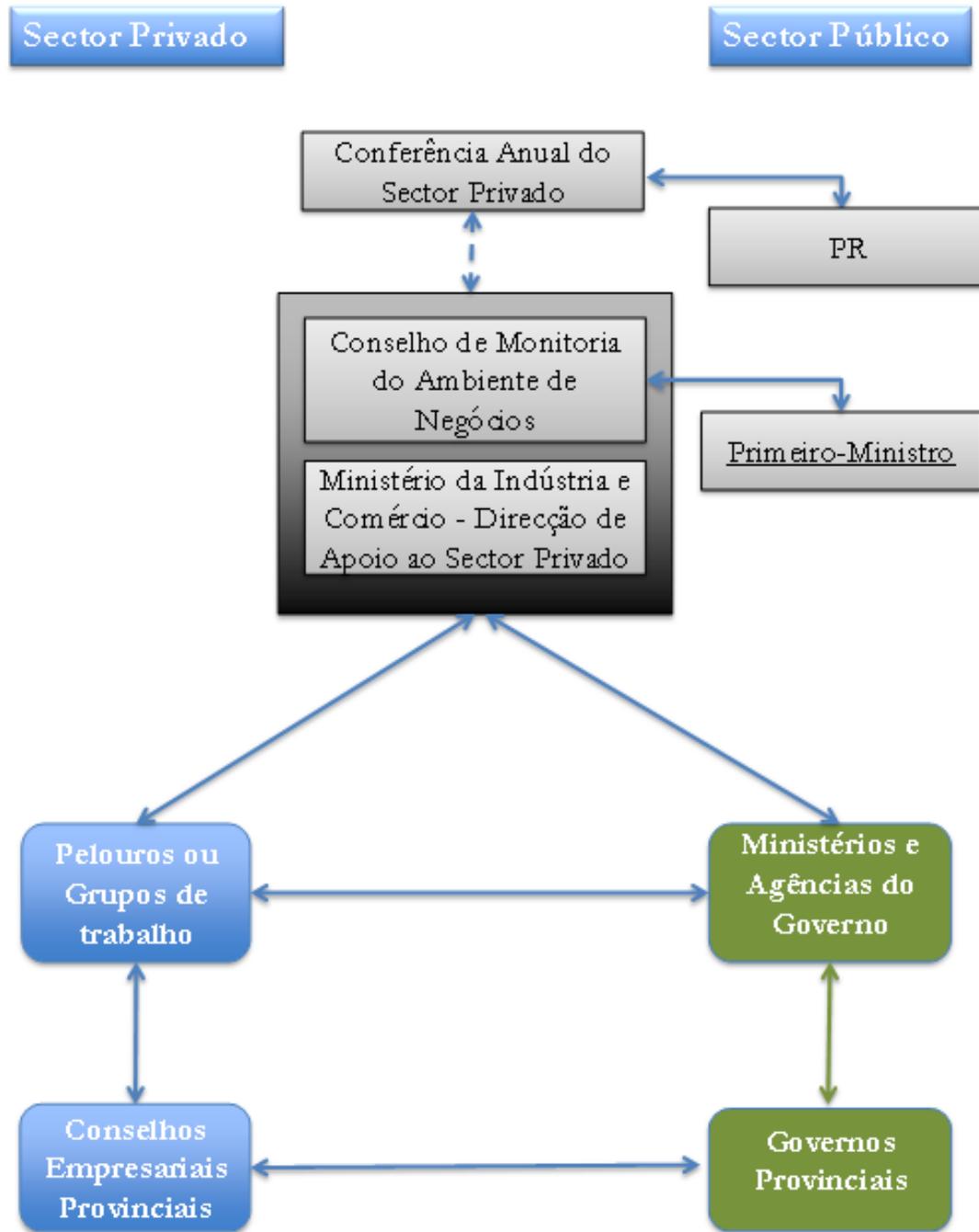
Com o passar do tempo, por exigências contextuais e de natural amadurecimento do processo, ditou a necessidade de desenvolvimento do presente Modelo de DPP entre os principais interlocutores do processo: *Ministério da Indústria e Comércio* - MIC e a *Confederação das Associações Económicas* - CTA. A finalidade deste modelo é a institucionalização do DPP bem como todos os seus mecanismos e plataformas, estabelecendo-se as responsabilidades, periodicidades e escopo.

Relativamente a este modelo de uma forma resumida, a liderança máxima esta ao nível do Primeiro-Ministro. O Ministro da MIC através da *Direcção de Apoio ao Sector Privado* - DASP, é o Ponto Focal do Governo para assuntos do Sector Privado. O mesmo tem três níveis:

- *Nível Provincial* - onde a figura máximo é o Governador e o Secretário Permanente como seu braço executivo,
- *Nível Sectorial/ Ministerial* - onde a figura máxima é o Ministro da Indústria e Comércio através da DASP, e
- *Nível de reporte e monitoria* - onde temos como figura máximo o Primeiro-Ministro.

Este documento encontra-se dividido em cinco partes, a primeira apresenta e descreve o modelo DPP ao nível Nacional, a segunda apresenta e descreve o Modelo DPP ao nível provincial. A terceira e quarta partes versam sobre a definição da agenda e a Monitoria do DPP para finalizar, a quinta parte com a descrição das responsabilidades do Secretariado - DASP.

2. REPRESENTAÇÃO DO MODELO DPP NACIONAL



2.1. DESCRIÇÃO DO MODELO DPP NACIONAL

2.1.1. Conferência Anual do Sector Privado - CASP

A CASP é uma reunião de balanço em torno das relações de parceria entre o Governo e o Sector Privado. O evento é co-organizada pelo MIC em parceria com a CTA. Trata-se de um fórum de alto nível que é liderado pelo Presidente da República ou a quem delegar.

a) Objectivo:

- Proceder ao balanço das actividades realizadas durante o ano e reflectir sobre outros desafios que constituem obstáculo ao ambiente de negócio.
- Análise do grau de implementação da agenda do DPP.

b) Participantes:

- **Sector Público** – Presidente da República ou quem este delegar, Primeiro-Ministro, Ministro da Indústria e Comércio na qualidade de Ponto Focal do Governo para assuntos do Sector Privado, Ministros de sectores específicos com tutela de acções prioritárias, *Grupo Interministerial para Remoção de Barreiras ao Investimento* – GIRBI, Governadores, Secretários Permanentes, Directores Nacionais e outros quadros que se julgar relevantes.
- **Sector Privado** – Representantes do Sector Privado formal, representantes da Sociedade Civil.
- **Outros actores:** parceiros de cooperação, académicos e entre outros interessados na melhoria do ambiente de negócios.

c) Periodicidade: anual (com data previamente acordada no último trimestre do ano).

2.1.2. Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios - CMAN

O CMAN é o órgão superior de gestão e coordenação do DPP liderado pelo Primeiro - Ministro assessorado pelo Ministro da Indústria e Comércio, Ponto Focal do Governo para os assuntos do Sector Privado. Resumem-se em encontros restritos no Gabinete do Primeiro-Ministro.

a) Objectivo:

- proceder o acompanhamento e avaliação intermédia das actividades realizadas no decurso da implementação da Matriz de prioridades de reforma do Sector Privado e dos desafios do Sector Público.

b) Participantes:

- **Sector Público** – Ministros de sectores específicos com tutela de acções prioritárias, GIRBI, Directores Nacionais e outros quadros que se julgar relevantes.
- **Sector Privado** – Representantes do Sector Privado formal, Conselho Directivo da CTA Presidentes dos pelouros, e por convite a 2 ou 3 Presidentes dos Conselhos Empresariais Provinciais - CEP por reunião, em função dos temas a serem abordados.

c) Periodicidade:

- ocorre três¹ vezes ao ano com datas previamente acordadas, (sendo o último dedicado ao balanço do exercício e a aprovação da agenda para o exercício seguinte).

2.1.3. Encontros Sectoriais

São encontros de interacção ao nível ministerial, entre os diferentes Grupos de Trabalho: membros do Governo e sua contraparte - CTA (Pelouros, constituídos pelas associações e empresas).

a) Objectivos:

- Apresentação de matrizes do Sector Público e Privado.
- Tratamento concertado e sistemático das prioridades identificadas e aprovadas na CMAN e CASP, incluindo as que, mesmo não tendo sido identificadas por estes fóruns, se mostrem de carácter urgente.
- Análise das questões levantadas durante os encontros provinciais e que sejam de solução de nível central.
- Preparar as sessões as CMAN.

b) Participantes:

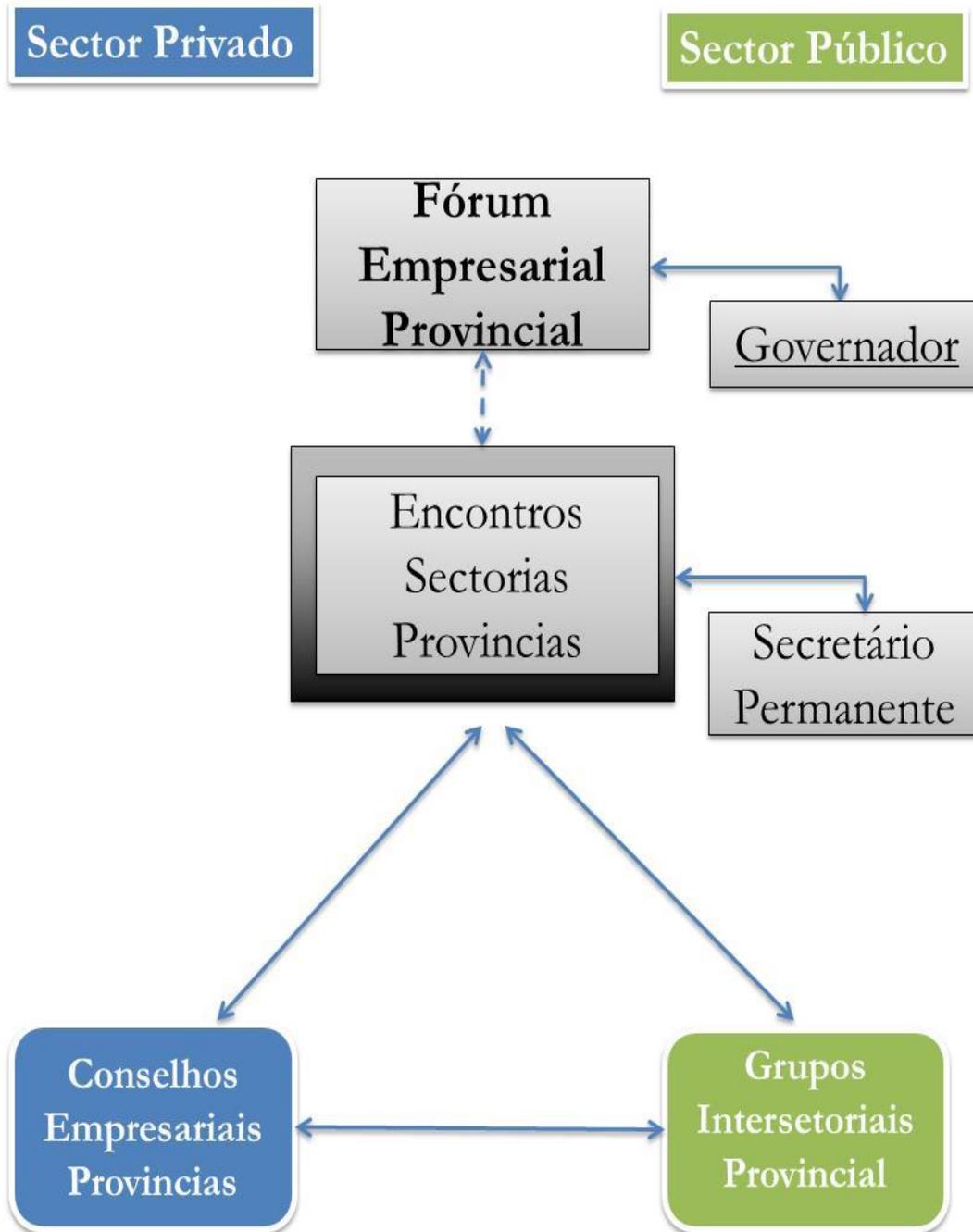
- **Sector Público** – Ministros de sectores específicos com tutela de acções prioritárias, GIRBI, Directores Nacionais e outros quadros que se julgar relevantes.
- **Sector Privado** – Representantes do Sector Privado formal, líderes dos pelouros.

c) Periodicidade:

- bimensal e sempre que requerido.

¹ Nos primeiros três trimestres do período da vigência das prioridades de reformas.

3. REPRESENTAÇÃO DO MODELO DPP PROVINCIAL



3.1. DESCRIÇÃO DO MODELO DPP PROVINCIAL

O DPP ao nível da Província é desenvolvido entre os Governo Provincial e o CEP. A este nível, o DPP é liderado pelo Governador, sendo o Secretário Permanente o coordenador a nível técnico que estabelece a ligação com os Directores Provinciais relevantes para o diálogo e o CEP.

3.1.1. Fórum Empresarial Provincial

É um órgão máximo ao nível da província, liderado pelo Governador ou a quem delegar.

a) Objectivo:

- Proceder ao balanço das actividades realizadas durante o ano e reflectir sobre outros desafios que constituem obstáculo ao desenvolvimento do ambiente de negócio ao nível provincial.
- Fazer a monitoria das recomendações do encontro anterior.
- Dar seguimento as recomendações superior que dizem respeito ao melhoramento do ambiente de negócios.
- Encaminhar à entidades competentes acções que são de decisão superior.

b) Participantes:

- **Sector Público** – Governador (ou quem este delegar), Secretário Permanente, Directores Provinciais e outros quadros que se julgar relevantes representados em *Grupos Intersectoriais Provinciais* – GIP.
- **Sector Privado** – Sector Privado formal: CEP, Grupos de trabalho e representantes da Sociedade Civil.

Os GIP serão constituídos em cada Província, de acordo com as especificidades da economia local, compreendendo os representantes do CEP e os Directores Provinciais.

São funções dos GIP as seguintes:

- Definir e implementar uma agenda conjunta do DPP local;
- Contribuir para a definição das prioridades nacionais na agenda da reforma;
- Propor questões de natureza de DPP de resolução central;
- Realizar o Fórum Provincial de Balanço do DPP; e
- Implementar e monitorar a agenda de reforma ao nível local.

c) Periodicidade:

- anual (com data previamente acordada no último trimestre do ano).

3.1.2. Encontros Sectoriais Provinciais

Em cada Província, serão realizados encontros liderados pelo Secretário Permanente ou a quem delegar de acordo com as especificidades da economia local.

a) Objectivo:

- monitorar o progresso da implementação da reforma ao nível provincial,
- avaliar a implementação das reformas e definição da respectiva agenda.

b) Participantes:

- **Sector Público** – Secretário Permanente, Directores Provinciais do sector.
- **Sector Privado** – CEP, associações formais e empresas.

c) Periodicidade:

- mensais ou bimensais (ambas com datas previamente acordadas).

4. DEFINIÇÃO DA AGENDA

O processo de reforma compreende quatro fases principais, através das quais se estabelece a agenda do DPP. O processo começa com uma (i) avaliação das questões através de consultas ao nível nacional para identificar os constrangimentos ao desenvolvimento do ambiente de negócios. A consulta é coordenada pela CTA através da *Unidade de Mecanismos de Consulta* – UMC e a DASP.

Feita a consulta, (ii) recolhem-se as contribuições das associações sectoriais e globalizadas em Matrizes Provinciais com base nos principais desafios enfrentados pelo Sector Privado no País. Em seguida, essas (iii) questões são apresentadas aos Governos Provinciais e/ou Central caso sejam de execução a este nível, através dos mecanismos previstos para este processo.

Por último, (iv) a DASP em colaboração com a CTA, elabora uma matriz final com uma vigência anual e submete ao CMAN para a aprovação e implementação. A monitoria e avaliação serão formalmente conduzidas através do CMAN e da CASP, embora os Pelouros também devem ser capazes de realizar a Monitoria e Avaliação.

Deste modo, os problemas identificados são agrupados em três níveis. O **primeiro nível** tem a ver com os problemas cuja solução requer aprovação de Política ou Quadro Legal; o **segundo nível** se

o problema apresentado tem que ver com implementação duma política já existente, processo e procedimentos administrativos; e o **terceiro nível** se o problema apresentado está relacionado com a provisão de serviços público.

5. MONITORIA DO DPP

Para assegurar que a estrutura do Governo responda ao Modelo proposto é esperado que a monitoria seja efectuada através das Sessões do *Conselho Económico e Social* - CES, *Conselho de Ministros* - CM, GIRBI e os Conselhos Consultivos de cada Ministério.

5.1. Conselho de Ministros e Conselho Económico e Social

São órgãos superiores de monitoria, liderados pelo Presidente da República ou a quem delegar.

a) Objectivo:

- apresentação do Balanço de Acções da Matriz do Sector Privado e do Diálogo Público Privado.

b) Convidados:

- pontos focais do GIRBI e o secretariado do DPP.

c) Periodicidade:

- monitoria naqueles órgãos seria numa base trimestral. Entretanto, ao nível dos Ministérios será agendada uma sessão mensal do Conselho Consultivo para avaliar o DPP.

5.2. Encontros do GIRBI

O GIRBI, liderado pelo Ministro da Indústria e Comércio, órgão Interministerial de apoio ao CIRESP, criado no ano de 2013, no âmbito da implementação da *Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios* - EMAN.

a) Objectivo:

- Monitoria de implementação de reformas e identificação de assuntos emergentes e pontuais que mereçam tratamento especial.

b) Participantes:

- **Sector Público** – Ministro da Indústria e Comércio (como Ponto Focal do Governo para assuntos do ambiente de negócios), GIRBI, Directores Nacionais e outros quadros que se julgar relevantes.
- **Sector Privado** – Representantes formal do Sector , doadores e outras entidades relevantes.

c) Periodicidade:

- bimensal com datas previamente acordadas.

5.3. Encontros Sectoriais Provinciais

a) Objectivo:

- Apresentação de matrizes de questões do Sector Privado.
- Avaliação do cumprimento das actividades referentes às matrizes, desafios do sector público.
- Tratamento concertado e sistemático das prioridades identificadas e aprovadas no CMAN, incluindo aquelas que, mesmo não tendo sido identificadas por este conselho, se mostrem a nível provincial com alguma afinidade e de carácter urgente.

b) Participantes:

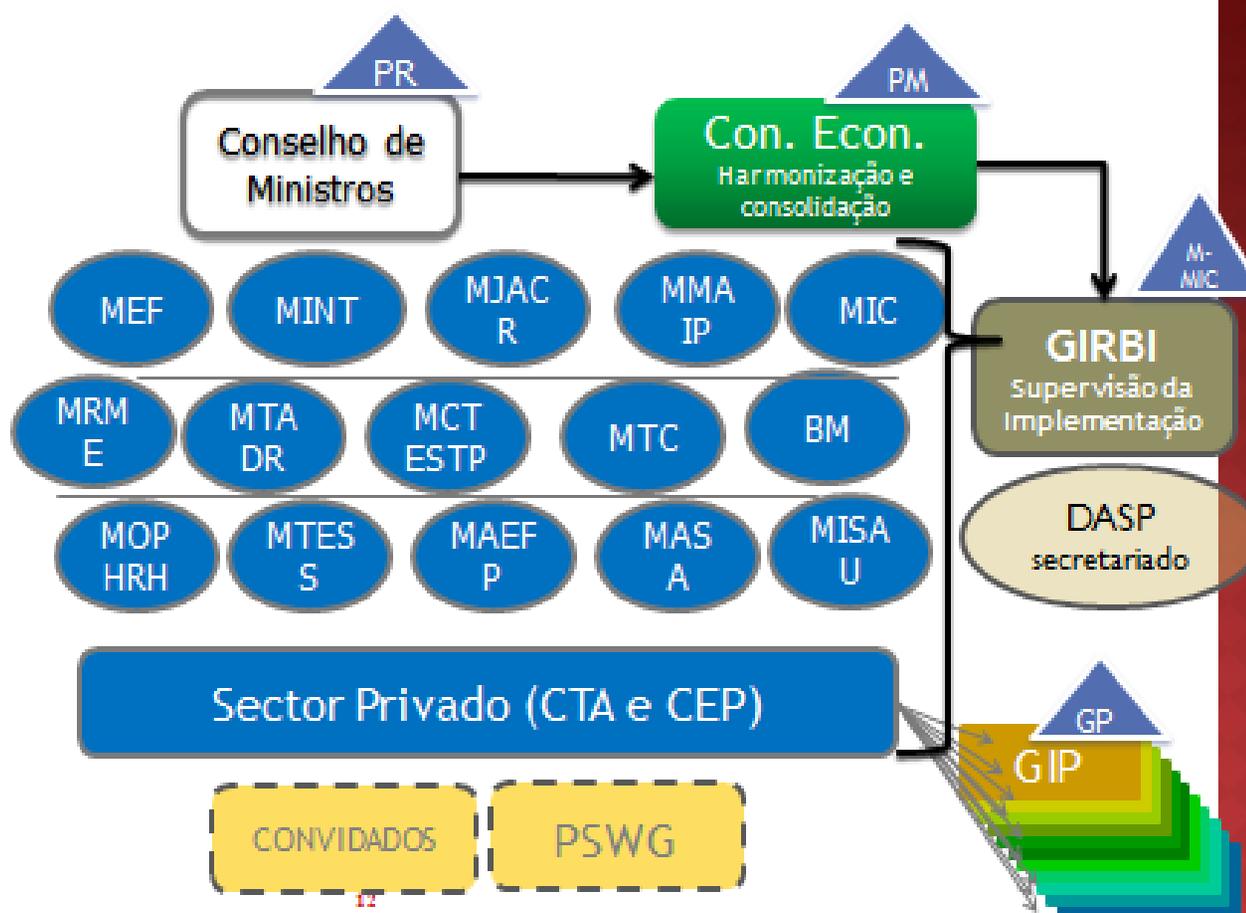
- **Sector Público** – Governador, Secretário Permanente, Directores provinciais, GIP e outros quadros que se julgar relevantes.
- **Sector Privado** – CEP e outras entidades relevantes.

c) Periodicidade:

- bimensal com data agendada.

Entretanto, ao nível dos Governos Provinciais será agendada uma sessão mensal do Governo para avaliar o DPP. Abaixo a representação do processo:

Mecanismos de Monitoria



6. SECRETARIADO DO DPP

Dada a complexidade, exigência, rapidez e urgência dos assuntos relacionados com o DPP, torna-se essencial a criação de um secretariado executivo que deverá articular e coordenar com todas as partes envolvidas para que o DPP seja bem-sucedido e responda às preocupações de todos intervenientes.

O secretariado do DPP funcionará no MIC, sob orientação de um Director que se subordina directamente ao Ministro da Indústria e Comércio. Este será suportado por uma equipe técnica capaz de acompanhar de forma permanente e exclusiva às questões do DPP e poderá sempre que necessário recorrer a técnicos de outros ministérios.

São funções e atribuições do secretariado:

- Coordenar e promover um diálogo efectivo (dinâmico e produtivo);
- Proceder a uma análise aprofundada das propostas de políticas e de regulamentação recebidas do sector público e privado, através de uma pesquisa sobre as implicações das reformas sectoriais propostas;
- Organizar e interagir continuamente com os representantes do sector privado e sociedade civil, de forma a recolher opiniões, sensibilidades bem como a plena implementação das recomendações e reformas acordadas;
- Desenvolver um plano de monitoria e avaliação das reformas acordadas;
- Acompanhar todas as sessões de discussão entre os Pelouros e os respectivos ministérios/grupos de trabalho e simultaneamente elaboração e partilha de actas, correspondência e sínteses das respectivas sessões;
- Articular com os grupos intersectoriais provinciais (GIP e CEP);
- Co-organizar do CMAN e da CASP no que concerne à relação com o sector público (agendas de reformas e outros documentos da agenda);
- Consolidar e encaminhar assuntos enviados pelos pelouros para os pontos focais do GIRBI;
- Coordenar a elaboração de estudos e eventos para suporte das reformas propostas pelas partes; e
- Garantir a gestão operacional do DPP.

O secretariado do DPP é uma estrutura permanente, com uma equipa de especialistas a tempo inteiro, funcionando em estreita coordenação com o MIC. Esta pode, se assim o entender, convocar reuniões com as partes interessadas do DPP, como parte do seu papel mais amplo de apoiar a implementação efectiva do DPP.

A mesma terá, junto de cada pelouro da CTA, um representante que poderá participar das reuniões e servir de elo de ligação entre o CTA e o MIC.